Informações Trimestrais - ITR

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

30 de setembro de 2020 com Relatório sobre a Revisão de Informações trimestrais

Informações trimestrais - ITR

30 de setembro de 2020

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	1
Notas explicativas às informações trimestrais	3



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG** Rio de Janeiro, RJ

Introdução

Revisamos as informações trimestrais da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações trimestrais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações trimestrais com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações trimestrais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações trimestrais e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Wilson J. O. Moraes Contador CRC-1RJ107211/O-1

Notas explicativas às informações trimestrais Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("CEG" ou "Companhia") tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group cuja sede temporariamente está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade destes;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG GASIUS;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota 12).

A Administração, responsável por elaborar as informações trimestrais, nos termos da lei, aprovou sua conclusão e emissão no dia 12 de novembro de 2020.

1.1. Deliberação AGENERSA

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio (Agenersa) publicou no Diário Oficial do Estado a Deliberação 3.862/2019, que estabelece diretrizes para o novo marco regulatório para o mercado livre de gás no Rio de Janeiro. Com a divulgação, o estado passa a ser o primeiro do País a se enquadrar às novas regras da Resolução nº 16, de 24 de junho de 2019, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabeleceu diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural.

Os principais impactos fiscais sobre a nova operação é a incidência de ISS (impostos sobre serviços) apenas para a térmica instalada no município do Rio de Janeiro. Em relação ao ICMS não há mudanças significativas a respeito dos percentuais já praticados.

Vale destacar que, com a mudança da Deliberação 3.862/2019 referente a modalidade de venda para o mercado termoelétrico, onde passou a ser considerado como cliente livre (ATR). Na condição de consumidor livre as termelétricas que anteriormente compravam o gás de uma distribuidora passaram a negociar o gás e compra-lo diretamente a Petrobrás, desta forma houve redução no volume de gás vendido pela Companhia, uma vez que anteriormente esta comprava o gás e o revendia (na condição de distribuidora), neste novo cenário a Companhia passou contudo a cobrar pelo transporte do gás por sua malha, uma vez que os cliente não estão diretamente conectados à Petrobras. Cabe ressaltar que não há impacto significativo no lucro bruto da Companhia, uma vez que esta cobra pelo serviço de transporte (que é seu core e onde sempre esteve sua margem) e agora não mais arca com o custo de compra do gás e risco de crédito sobre vendas de gás às termelétricas.

1.2. Impactos do COVID-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde ("OMS") classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar segmento de Distribuição de Gás Natural.

Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, incluindo mas não se limitando à: i) desempenho da demanda de gás, ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; iii) variação dos indicadores macroeconômicos; iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo e v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros. Com relação ao período analisado, o principal impacto observado, até 30 de setembro de 2020, foi a redução na taxa de arrecadação do período, quando comparado ao mesmo período de 2019. Como medida a Companhia realizou uma provisão complementar da inadimplência.

A Administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. Impactos do COVID-19--Continuação

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

Criação do Comitê de Crise

A Companhia instituiu o Comitê de Crise COVID-19, que se reúne diariamente tendo em sua composição a integralidade do seu quadro diretivo. A proposta do Comitê é acompanhar em tempo real os principais indicadores (qualitativo e quantitativo) da Companhia possibilitando, se necessária, uma reformulação nas medidas adotadas.

Suspensão de cortes de fornecimento

Seguindo as determinações legais, em especial as normativas da Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Micro Empreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006), a Companhia suspendeu o corte por inadimplência do fornecimento de gás natural canalizado, abrangendo mais de um milhão de clientes. Os cortes serão realizados somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida vale para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médico-hospitalares.

Redução de tarifas

A Companhia reduziu as tarifas de gás natural no Rio de Janeiro a partir de 1º de agosto de 2020, em função da redução do custo de aquisição do gás natural fornecido pela Petrobras. Os percentuais médios de redução na área da Ceg (Região Metropolitana) serão em torno de 5,1% para o segmento residencial; 6,3% para o comercial; 13% a 17,5% para o industrial e 18,5% para GNV.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. Impactos do COVID-19--Continuação

Ações solidárias

A Companhia busca participar com ações que podem gerar donativos para reduzir os impactos do COVID-19. Dentre as ações, realizamos campanha entre os funcionários, destinando os valores arrecadados para a compra e distribuição de EPIs para hospitais públicos, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e a Secretaria Estadual de Saúde. Os funcionários doaram, voluntariamente, uma parte do seu salário para a iniciativa. A empresa, por sua vez, contribuiu com um valor igual ao total arrecadado. Os hospitais beneficiados são: Hospital do Fundão, Hospital Getúlio Vargas, Hospital Souza Aguiar, Hospital Carlos Chagas, Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro e Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione.

Segurança para os clientes

O atendimento presencial nas agências físicas e móveis foi suspenso. Os clientes podem solicitar serviços por meio do nosso site www.minhanaturgy.com.br e pelas páginas no Facebook (facebook.com/naturgybrasil), Instagram (instagram.com/naturgybrasil) e Twitter (twitter.com/naturgybrasil). Solicitações de emergência continuam sendo atendidas pelo 0800-024-0197. Além disso, foi lançada campanha para aumentar a adesão de clientes para o débito automático e a fatura online.

Serviços essenciais

As áreas operacionais da Companhia, que atuam no monitoramento de toda a rede de gás canalizado, assim como equipes técnicas de atendimento, continuam trabalhando 24 horas por dia, mas com cuidados redobrados de higiene e seguindo os planos de contingência.

A estrutura de fornecimento de GNV aos postos segue normalmente, para atender aos profissionais de serviços essenciais que ainda precisam deslocar-se pela cidade.

Leitura facilitada

A Companhia lançou o serviço de leitura facilitada, com o objetivo de contribuir para a redução de circulação de pessoas em condomínios e casas; além de incentivar a procura pelos serviços online. A ideia é que o cliente faça a leitura do seu consumo diretamente no medidor e envie as informações por meio do portal Minha Naturgy.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. Impactos do COVID-19--Continuação

Conexão Saúde

Desde o dia 16 de março, a Companhia iniciou, gradativamente, um regime de *home office* para todos os colaboradores que realizam atividades passíveis de realização à distância, iniciando pelos de maior vulnerabilidade: maiores de 60 anos, gestantes ou portadores de doenças crônicas. Desde o dia 23 de março, 94% dos funcionários já trabalham em regime de *home office*, com exceção daqueles que realizam atividades em que isso não é possível.

Viagens e reuniões presenciais foram suspensas. Funcionários que retornam de viagens nacionais ou internacionais são avaliados pela equipe médica da empresa e encaminhados para quarentena em suas residências por 14 dias, permanecendo monitorados.

Também adquirimos máscaras para os colaboradores que atuam em campo e estamos comprando testes de Covid-19 para colaboradores e seus familiares.

Campanha de vacinação contra a gripe

Os Colaboradores da Companhia foram convidados a participarem da campanha de vacinação contra a gripe que aconteceu em esquema de *drive-through* em nossa sede operativa.

Apoio psicológico

A Companhia lançou um canal gratuito (0800) de apoio à saúde emocional que funciona 24 horas, todos os dias da semana. O atendimento é feito por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais. Além de atender colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, o número telefônico também está disponível para dependentes (filhos e cônjuges) e pais. As ligações são sigilosas. A empresa parceria para os atendimentos é a Social Consultoria, uma das maiores do país, com 23 anos de atuação no mercado.

Café Virtual

Buscando compartilhar conhecimento sobre o momento da Companhia e as estratégias adotadas por ela, a Companhia promoveu um Café Virtual com a Direção com a participação da área de Saúde, no qual os colaboradores puderam tirar dúvidas sobre a Covid-19.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

1.2. Impactos do COVID-19--Continuação

Acompanhamento online

Adicionalmente a Companhia vem fazendo um acompanhamento semanal da saúde física e mental dos colaboradores por meio de dois questionários online que são enviados sempre às segundas-feiras.

Live semanal com profissionais especializados

A Companhia vem realizando, semanalmente, transmissões ao vivo pelo YouTube com profissionais especializados em psiquiatria. Já foram abordados os temas "Preservando a saúde mental" e "*Home Office* seguro e saudável", com dicas de questões ergonômicas e adoção de hábitos saudáveis.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários e com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações trimestrais podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações trimestrais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Neste trimestre a Companhia avaliou os impactos da COVID-19, conforme apresentado na nota explicativa 1.2.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.2. Políticas contábeis

Nas informações trimestrais, as políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgadas em 26 março de 2020.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não está sendo apresentada neste relatório trimestral a seguinte nota explicativa:

• Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

E está sendo apresentada de forma resumida:

Resumo das principais políticas contábeis.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Mudança nas políticas contábeis

A administração da Companhia avaliou e identificou que não houve aplicação de novas normas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 30 de setembro de 2020, não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 6. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 210.303 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 340.488 em 31 de dezembro de 2019). Deste montante, R\$ 232.355 estão representados por dividendos e JCP a pagar aos acionistas da Companhia. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 30 de setembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	5.251	430.308	841.191
Fornecedores	210.332	-	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	105.658	789.019	258.361
Fornecedores	386.822	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 773.305, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 30 de setembro de 2020, indicava uma taxa SELIC em 2%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI--Continuação

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 30/09/2020 - % Dívida líquida - bancos	1,90 773.305	1,90 773.305	1,90 773.305
Taxa anual estimada do CDI em 30/09/2020 - % Despesa (receita) financeira	2,00 773	2,50 4.640	3,00 8.506
IR e CS	(263)	(1.578)	(2.892)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	510	3.062	5.614

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

24/42/2040

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumariados:

	30/09/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.173.562 (400.257)	999.618 (24.369)
Dívida líquida	773.305	975.249
Total do patrimônio líquido	1.180.521	913.036
Total do capital próprio e de terceiros	1.953.826	1.888.285
Índice de alavancagem financeira - %	40	52

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Em 30 de setembro de 2020, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b) Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui uma gestão de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa gestão, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

4. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

_	30/09/2020	31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa (Nível 2)	400.257	24.369
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	423.320	542.762
Contas a receber de partes relacionadas	2.199	498
Demais contas a receber	5.626	6.325
Cessão de crédito	10.739	9.090
-	842.141	583.044
	30/09/2020	31/12/2019
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.173.562	999.618
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	232.355	232.355
Contas a pagar de partes relacionadas	8.904	29.976
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	210.332	386.822
	1.625.153	1.648.771

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa	-	12
Bancos	71.879	24.357
Aplicações financeiras (CDBs)	328.378	-
	400.257	24.369

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor, que são remuneradas a uma taxa efetiva média de 98% do CDI em 30 de setembro de 2020.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalente de caixa é composto dos seguintes saldos em 30 de setembro de 2020:

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa	-	12
Bancos	71.879	24.357
Aplicações financeiras	328.378	
	400.257	24.369
Contas bancárias a descoberta (Nota 15)	-	(35.858)
Total	400.257	(11.489)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia utilizou de suas linhas de financiamento disponíveis e resultou no valor de R\$ 35.858 de saldo à descoberto. (Nota 15).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	30/09/2020	31/12/2019
Faturado Consumidores		
Do setor privado	502.736	501.758
Do setor público	11.552	13.295
	514.288	515.053
Não faturado Consumidores		
Do setor privado	85.172	199.231
Do setor público	2.682	3.702
	87.854	202.933
Vendas de equipamentos	9.175	9.163
	611.317	727.149
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(187.997)	(184.387)
	423.320	542.762
Circulante	423.320	542.762
	423.320	542.762

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	30/09/2020	31/12/2019
A vencer		
Faturado	283.552	327.067
Não faturado	87.854	202.933
Vencidas		
Até três meses	44.760	102.068
De três a seis meses	23.114	9.392
Acima de seis meses	172.037	85.689
	611.317	727.149

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receber da Companhia, em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Dias de vencimento	30/09/2020 Taxa de atraso (%)	31/12/2019 Taxa de atraso (%)
A Vencer	0.46%	0.70%
1 a 30 dias	2,85%	12.13%
31 a 60 dias	14,46%	30,86%
61 a 90 dias	62,24%	53,98%
91 a 120 dias	25,03%	67,45%
121 a 180 dias	68,76%	74,12%
181 a 360 dias	87,99%	85,77%
Mais de 360 dias	91,32%	90,20%

Em atendimento as restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, descritas na Nota 1.2, a Companhia deixou de suspender, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2019	184.387
Provisão para impairment de contas a receber	52.409
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	(48.799)
Em 30 de setembro de 2020	187.997

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações trimestrais é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário do COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual N°46966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de algumas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

7. Tributos a recuperar

	30/09/2020	31/12/2019
PIS e COFINS (a)	20.359	26.706
FINSOCIAL (b)	36.899	36.057
ICMS a recuperar (c)	4.517	5.007
Contribuição social (d)	8.984	10.722
Imposto de Renda Retido na Fonte (e)	4.832	3.419
Outros	457	1.618
	76.048	83.529
Circulante	37.372	45.372
Não circulante	38.676	38.157
	76.048	83.529

⁽a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizados os valores estimados.

⁽b) Refere-se a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo.

⁽c) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 4.517 (R\$ 5.007 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 2.740 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 1.777 com expectativa a longo prazo.

⁽d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

⁽e) Refere-se à retenção na fonte, sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição

	30/09/2020	31/12/2019
Obrigações de fundo de pensão	116.807	113.650
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	54.190	53.162
Provisão para contingências	83.365	83.169
AVP Financeiro	2.556	2.922
Operações de arrendamento mercantil	133	65
Juros e variação monetária Gasius	(4.078)	(4.085)
Provisão de fornecedores	7.879	8.579
Outras	453	1.021
Ativo não circulante	261.305	258.483

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos--Continuação

b) <u>Movimentação</u>

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	AVP financeiro	Operações de arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	O pro
Em 31 de dezembro de 2019 Creditado (debitado) na	113.650	53.162	83.169	2.922	65	(4.085)	8.579	
demonstração do resultado Creditado (debitado) no patrimônio	2.635	1.028	196	(366)	68	7	(700)	
líquido	522	-	-	-	-	-	-	
Em 30 de setembro de 2020	116.807	54.190	83.365	2.556	133	(4.078)	7.879	

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos--Continuação

c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2026, conforme demonstrado a seguir:

2020	24.846
2021	27.492
2022	31.404
2023	35.591
2024	41.872
2025	29.310
2026	70.790
	261.305

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transação com partes relacionadas--Continuação

Esta última é controlada pela Criteria Caixa SAU (24% do capital votante), pela Rioja Bidco Shareholdings, S.L.U. (20% do capital votante) e pela GIP III Canary 1 SARL (20% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar	-			
Controladora indireta:				
Naturgy Energy Group S.A.(a)	343	442	16	1.240
Controle Comum:				
Gás Natural Serviços Integrales (b)	-	2.113	-	531
Gás Fenosa Engineering (c)	-	-	27	-
Gás Natural Informática (d)	-	6.095	-	524
CEG Rio S.A. (e)	1.637	-	14.547	25
Naturgy IT S.L. (d)	-	-	-	4.936
Lean Corporate Services S.L. (a)	-	-	-	64
LEAN Customer Services S.L. (a)	-	-	-	250
Lean Grids Services S.L. (a)	-	254	-	252
Gás Natural São Paulo Sul S.A. (f)	35	-	331	-
Gás Natural Serviços S.A. (g)	168	-	1.232	12
Gás Natural do Brasil S.A. (h)	16	-	18	-
	2.199	8.904	16.171	7.834
JCP e dividendos				
Naturgy DL S.A. (i)	-	125.311	-	-
Pluspetrol Energy (i)	-	5.221	-	-
Dinâmica energia (i)	-	21.435	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e				
Social - BNDES (i)	-	79.949	-	-
Outras partes relacionadas (i)	-	439	-	-
		232.355		
Em 30 de setembro de 2020	2.199	241.259	16.171	7.834
Em 31 de dezembro de 2019	498	262.331	21.964	19.757
Em 30 de setembro de 2019	1.838	277.689	16.586	14.998

Os saldos referem-se substancialmente de:

⁽a) Contratação de serviços econômicos financeiros abrangendo tesouraria, contas a pagar e operativa contábil; o contrato foi assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPC espanhol mais 0,5% e Sujeito a variação cambial (Euro).

⁽b) Contratação de serviços abrangendo os âmbitos de leitura, faturamento de grandes clientes e *call center*, o contrato foi assinado pelo período de cinco anos com prorrogação automática pelo período inicialmente pactuado; o valor do serviço é apresentado até o mês de dezembro de cada ano, com um orçamento anual estimado para o ano seguinte.

⁽c) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço; o contrato foi assinado com vigência até 31 de dezembro de 2022 e reajustado anualmente pelo IPCA.

⁽d) Contratação de serviços de informática abrangendo serviços recorrentes e projetos de implantação de sistemas; esse contrato não possui atualização monetária, pois a cada ano é constituído um novo aditivo.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transação com partes relacionadas--Continuação

- (e) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.
- (f) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, reuniões de Conselhos, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa. O contrato está em vigor até 31/12/2022 e está sendo atualizado anualmente pelo IPCA.
- (g) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA;
- (h) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.
- (i) Pagamento de dividendos e JCP.

Contratação de executivos

A Companhia possui conhecimento que a Sociedade Gás Natural São Paulo Sul, Sociedade Controlada pelo Grupo Naturgy, contratou os serviços de consultoria, por prazo determinado, dos executivos Jorge Henrique Baeta; Miguel Marcelo Napolitano e Bruno Armbrust.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.*

10. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

30/09/2020

30/09/2019

Remuneração de conselhos e comitê	1.977	2.299
Remuneração de diretoria estatutária	5.011	5.582
Planos de aposentadoria e pensão	122	124
Outros benefícios	633	577
	7.743	8.582

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

	30/09/2020	31/12/2019
ICMS (a)	5.856	4.411
INSS (a)	17.056	16.868
Imposto de renda	6.246	6.150
Processo Administrativo - SRF (b)	8.190	8.102
CIDE (c)	12.181	11.826
Penhora judicial (d)	13.821	14.523
Trabalhistas (e)	8.239	8.797
Ação cível (f)	11.991	11.334
-	83.580	82.011

- (a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico CIDE (Nota 20.a).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 2.088) e cíveis (R\$ 11.733).
- (e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.
- (f) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Diferido	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato o concessã em andamen
Saldos em 1º de janeiro de 2019	93.969	70	55.105	-	1.982.669	2.131.813	65.889
Aquisição	-		14.736	-	41.185	55.921	97.694
Baixa líquida	=	_	-	-	(13)	(13)	-
Transferência para intangível em operação	-	-	785	-	86.348	87.133	(86.348
Amortização	(11.276)	(45)	(17.059)	-	(99.717)	(128.097)	` -
Saldos em 31 de dezembro de 2019	82.693	25	53.567	-	2.010.472	2.146.757	77.235
Custo total	136.735	3.628	179.470	439.748	3.274.545	4.034.126	77.235
Amortização acumulada	(54.042)	(3.603)	(125.903)	(439.748)	(1.264.073)	(1.887.369)	-
Valor residual	82.693	25	53.567	=	2.010.472	2.146.757	77.235
Saldos em 1º de janeiro de 2020	82.693	25	53.567	=	2.010.472	2.146.757	77.235
Aquisição	-		2.617	-	21.767	24.384	72.825
Baixa líquida	-	-	-	-	(14)	(14)	-
Transferência para intangível em operação	-	-	250	-	102.543	102.793	(102.543
Amortização	(8.457)	(10)	(15.044)	-	(76.631)	(100.142)	-
Saldos em 30 de setembro de 2020	74.236	15	41.390	-	2.058.137	2.173.778	47.517
Custo total	136.735	3.628	182.337	439.748	3.398.841	4.161.289	47.517
Amortização acumulada	(62.499)	(3.613)	(140.947)	(439.748)	(1.340.704)	(1.987.511)	47.017
Valor residual	74.236	15	41.390	-	2.058.137	2.173.778	47.517
Taxas anuais de amortização (%)	8,3	5, 6, 7	20	10			

⁽a) Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de R\$ 152.490 referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNI

⁽b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível -- Continuação

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Re
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.890	26.696	1.400	26.197	5.616	5.779	2.145	1.
Aguisição	-	-	-	37.733	918	225	-	
Baixa líquida	-	-	-	-	-	-	(10)	
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	`-	
Amortização	-	(1.368)	(82)	(22.442)	(2.043)	(1.145)	(1.040)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.890	25.328	1.318	41.488	4.491	4.859	1.095	1.
Custo total	1.890	55.091	11.569	197.641	35.105	19.548	20.437	2.
Amortização acumulada	-	(29.763)	(10.251)	(156.153)	(30.614)	(14.689)	(19.342)	(
Valor contábil atual	1.890	25.328	1.318	41.488	4.491	4.859	1.095	1.
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.890	25.328	1.318	41.488	4.491	4.859	1.095	1.
Aquisição	-	-	-	19.865	1.139	-	-	
Baixa líquida	-	-	-	(14)	-	-	-	
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	•
Amortização	-	(1.018)	(62)	(17.646)	(1.394)	(794)	(501)	
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.890	24.310	1.256	43.693	4.236	4.065	594	1.9
Custo total	1.890	55.091	11.569	217.492	36.244	19.548	20.437	3.0
Amortização acumulada	-	(30.781)	(10.313)	(173.799)	(32.008)	(15.483)	(19.843)	(1.
Valor contábil atual	1.890	24.310	1.256	43.693	4.236	4.065	594	1.9
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	

⁽d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 30 de setembro de 2020 foram de R\$ 443 (R\$ 1.602 em 31 de dezembro de 2019) à taxa média de 4,53% (7,47% em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações variam entre um e oito anos enquanto veículos é de um ano. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto					
Prazos contratos	Taxa % a.a.				
1 a 3 anos	9,95 e 10,75				
4 a 9 anos	11,45				

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2).

Os saldos de arrendamento financeiro em 30 de setembro de 2020, são de R\$ 6.301 no ativo e R\$ 6.681 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

13.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) são:

Ativo de direito de uso (imobilizado arrendado)	Saldo final 31/12/2019	Amortizações	Saldo final 30/09/2020	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	47	(8)	39	5,42
Edificações	9.008	(2.918)	6.090	3,6
Veículos	354	(182)	172	3
Total - ativo de direito de uso (imobilizado arrendado)	9.409	(3.108)	6.301	=

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	3.192	3.026
PIS/COFINS potencial	295	280

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações por arrendamento--Continuação

13.2. Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2019	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 30/09/2020
Terrenos	49	4	(7)	(4)	42
Edificações	9.181	585	(2.703)	(62 5)	6.438
Veículos	369	20	` (168)	`(20)	201
Total - passivo de arrendamento	9.599	609	(2.878)	(649)	6.681

Em 30 de setembro de 2020, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa efetiva a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos Edificações (*)	Fixa Fixa	11,45 9,95 e 11,45	15 4.683	34 1.765	49 6.448
Veículos	Fixa	10,75	149	35	184
Total - obrigação por arrendamento		<u>-</u>	4.847	1.834	6.681

Em 30 de setembro de 2020, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até dezembro de 2020	Janeiro de 2021 a dezembro de 2024	Janeiro de 2025 em diante	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	4	45	-	49	49
Edificações	1.127	5.639	446	7.212	6.448
Veículos	39	145	-	184	184
Total	1.170	5.829	446	7.445	6.681

O valor presente, principal e de juros em 30 de setembro 2020, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 9,95% e 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 1.282.

Em 30 de setembro de 2020, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 3.108 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 649.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	30/09/2020	31/12/2019
De gás (a)	164.696	323.513
De materiais	2.916	8.244
de serviços	42.720	55.065
	210.332	386.822

⁽a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 14º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 10 de dezembro de 2019 no qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

15. Empréstimos e financiamentos

	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.173.562	999.618
	1.173.562	999.618
Total do passivo		
Circulante	414.373	101.395
Não circulante	759.189	898.223
	1.173.562	999.618

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

				30/09	/2020	31/12	/2019
			•	Curto	Longo	Curto	Longo
	Indexadores	Vencimento	Lc (*)	prazo	prazo	prazo	prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,2503%	20/05/2021	100%	50.637	_	2.163	50.000
	CDI+1,2503%	03/06/2022	100%	1.775	160,000	6.430	160.000
	CDI+1,2%	19/08/2022	100%	2.029	100.000	5.623	100.000
	CDI+1.2%	16/04/2021	100%	50.821	-	2.459	50.000
	CDI+4,94%	08/04/2021	100%	31.043	-	-	-
	CDI+1,2%	On Demand	100%	-	-	6.685	-
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+1,15%	07/08/2023	100%	668	150.000	3.874	150.000
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	3.220	99.163	120	98.749
	CDI+4,81%	24/03/2021	100%	36.082	-	-	-
	CDI+4,80%	06/04/2021	100%	24.537	-	-	-
	CDI+0,95%	On Demand	100%	-	-	29.173	-
ING Bank	CDI+1,3%	15/06/2021	100%	50.504	-	1.886	50.000
	CDI+3,9%	15/04/2021	100%	30.846	-	-	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+2,75%	08/07/2022	100%	441	40.000	41.864	-
Banco Itaú	CDI+1,20%	19/09/2022	100%	37	44.800	126	106.000
	CDI+0,95%	14/11/2022	100%	3.298	105.226	779	43.474
	CDI+3,05%	23/03/2021	100%	45.986	-	-	-
	CDI+3,95%	06/04/2021	100%	51.573	-	-	-
Banco Scotiabank	CDI+1,05%	12/01/2023	100%	597	60.000	166	60.000
	CDI+1,25%	21/06/2021	100%	30.279	-	47	30.000
			•	414.373	759.189	101.395	898.223

^(*) Lc - Linha de Crédito.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	30/09/2020	31/12/2019
2021	-	180.000
2022	549.189	508.223
2023	210.000	210.000
	759.189	898.223

Mapa de movimentação dos empréstimos

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	999.618	902.779
Captação	213.700	206.000
Captação conta garantia	-	35.858
Amortizações	(35.858)	(110.000)
Juros provisionados	38.284	61.339
Juros pagos	(42.523)	(92.678)
Custo a amortizar	(1.501)	(3.866)
Custos amortizados no período	1.842	186
Saldo final	1.173.562	999.618

16. Tributos a recolher

	30/09/2020	31/12/2019
ICMS Imposto de renda a pagar COFINS CS/PIS/COFINS terceiros	32.854 63.403 15.742 1.966	51.862 55.848 8.359 2.167
PIS	3.398	1.781
ISS terceiros INSS terceiros	428 987	1.033 785
Outros	<u>3.136</u> 121.914	6.531 128.366

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	30/09/2020		30/09/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	407.152	407.152	376.569	376.569
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(101.788)	(36.644)	(94.142)	(33.891)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Adições (exclusão) permanentes Incentivos fiscais	(794) 858	(286) -	(630) 520	(277) -
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício	(101.724)	(36.930)	(94.252)	(34.168)
Imposto corrente Imposto diferido	(103.416) 1.692	(37.539) 609	(117.768) 23.516	(42.583) 8.466
- -	(101.724)	(36.930)	(94.252)	(34.117)
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social de R\$644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior	
Naturgy Distribuicion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26%
Residentes no país	
BNDES Participações S.A BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros	0,18%
	100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

18.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

c) <u>Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio</u>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

d) Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir:

O cálculo básico de lucro por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período.

	30/09/2020	30/09/2019
Numerador		_
Lucro líquido	268.498	248.200
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias em reais	1,03412	0,95595

Nos períodos observados não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	30/09/2020	31/12/2019
Nº participantes Gasius		
Ativos	21	28
Assistidos	1.016	1.017
	1.037	1.045

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 exempregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações com fundo de pensão--Continuação

Planos de benefícios--Continuação

iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011, o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir dessa data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	30/09/2020	30/09/2019
Finds de mara se (Ossins)	4 505	4.545
Fundo de pensão (Gasius)	1.535	1.545
Assistência médica	7.010	6.747
	8.545	8.292

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	30/09/2020	31/12/2019
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90) Prêmio aposentadoria Assistência médica para aposentados	6.041 652 278.775	6.274 616 270.828
	285.468	277.718
Circulante Não circulante	69.505 215.963 285.468	64.949 212.769 277.718

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Obrigações com fundo de pensão--Continuação

Planos de benefícios--Continuação

iv) Plano de saúde para aposentados--Continuação

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2019	277.718
Benefícios a pagar	7.750
Em 30 de setembro de 2020	285.468

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	30/09/2020	31/12/2019
Renda fixa		
Títulos públicos federais	241.766	310.644
Fundos de investimento de renda fixa	88.946	51.033
	330.712	361.677
Títulos de renda variável	90.209	115.607
Investimento imobiliário	29.954	30.552
Outros ativos	6.784	29.406
	126.947	175.565
	457.659	537.242

20. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	30/09/2020	31/12/2019
T 1 000	44.000	10.750
Trabalhistas	44.039	42.756
Cíveis	56.637	59.256
Regulatória	1.793	521
Tributárias	142.722	142.081
	245.191	244.614

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	Adições	Pagamentos/ reversão	Atualização monetária	30/09/2020
Trabalhistas	42.756	2.712	(2.007)	578	44.039
Cíveis	59.256	3.540	(8.369)	2.210	56.637
Regulatória	521	1.602	(539)	209	1.793
Tributárias	142.081	-	•	641	142.722
	244.614	7.854	(10.915)	3.638	245.191

a) Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	30/09/2020	31/12/2019
Esfera		
Federal	140.690	140.126
Estadual	2.022	1.945
Municipal	10	10
	142.722	142.081

i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 12.178 (R\$ 11.826 em 31 de dezembro de 2019) e está suportado por depósitos judiciais.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

- a) Contingências tributárias--Continuação
 - i) Contingências tributárias com perdas prováveis--Continuação

Ação Ordinária (2007.51.01.0252.99-3)

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. O valor atualizado da causa incluindo multas e juros é de aproximadamente R\$ 466.455 em 30 de setembro de 2020.

Após obter provimento apenas parcial de sua defesa nos âmbitos administrativos e judicial e considerando critério da análise de seus argumentos de defesa, andamento processual e contexto atuais, a Administração da Companhia, no exercício de seu julgamento profissional entendeu serem prováveis as chances de perda no valor do principal atualizado monetariamente em 30 de setembro de 2020 de R\$ 108.330 (R\$ 108.330 em 31 de dezembro de 2019), motivo pelo qual o referido montante foi provisionado. Os demais valores inerentes a multas e juros possuem expectativa de perda remota, e por tal razão não estão provisionados.

Ação Ordinária (2005.51.01.017290-3)

Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial referente à exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fev/99 a set/00. A Companhia provisionou o montante atualizado em 30 de setembro de 2020 em R\$ 17.056 (R\$ 16.868 em 31 de dezembro de 2019).

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorário de êxito em ações judiciais de R\$ 3.397 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 3.320 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia ainda dispõe de R\$ 1.761 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 1.737 em 31 de dezembro de 2019) relativas a outras causas com prognóstico provável de perda.

ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 63.077 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 55.887 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

- a) Contingências tributárias--Continuação
 - ii) Contingências tributárias com perdas possíveis--Continuação

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado desse período, e a não observação da limitação imposta pelo artigo 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 8.830 (R\$ 8.764 em 31 de dezembro de 2019).

Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 13.080 (R\$ 12.964 em 31 de dezembro de 2019).

Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 20.140 (R\$ 19.885 em 31 de dezembro de 2019).

Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal – EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 6.496.

Os demais processos classificados como possíveis somam R\$ 14.531, atualizados em 30 de setembro de 2020 (R\$ 14.274 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	30/09/2020	31/12/2019
Quantidade de ações movidas por	·	
Ex-empregados CEG	35	35
Ex-empregados terceiros	635	593
Outros (Ministério Público, INSS)	4	13
	674	641

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	30/09/2020	31/12/2019
Ex-empregados CEG	7.236	6.689
Ex-empregados terceiros	36.803	36.067
	44.039	42.756

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam em 30 de setembro de 2020 R\$ 49.381 (R\$ 46.645 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 30 de setembro de 2020; essas causas totalizam R\$ 56.637 (R\$ 59.256 em 31 de dezembro de 2019). Não há destaque, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 14.512 (R\$ 12.928 em 31 de dezembro de 2019) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos.

d) Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 30 de setembro de 2020; essas causas totalizam R\$ 1.793 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2019). Não há destaque, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes. Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 637 (R\$ 582 em 31 de dezembro de 2019) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos.

21. Informações por segmento

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (956.035 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.863 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (260 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico (4 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (480 postos de combustível de Gás Natural Veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Informações por segmento--Continuação

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

	Margem por segmento 30/09/2020							
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção		
Volumes m³ mil (não revisado)	93.934	35.006	309.982	793.381	583.124	-		
Receita bruta Deduções	753.063 (158.120)	163.056 (34.897)	654.436 (127.085)	11.210 (2.068)	1.134.893 (245.633)	75.665 -		
Receita líquida	594.943	128.159	527.351	9.142	889.260	75.665		
Custo	(163.627)	(65.530)	(449.175)	(7.220)	(787.103)	(75.665)		
Resultado bruto	431.316	62.629	78.176	1.922	102.157	-		

Despesas/receitas

Resultado antes da tributação

Provisão p/ IR e contribuição social

Lucro do período

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Informações por segmento--Continuação

Margem por segmento 30/09/2019

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção
Volumes m³ mil	82.925	55.598	330.021	788.946	749.803	-
Receita bruta	681.696	253,464	774.072	641.012	1.669.527	63.310
Deduções	(143.024)	(54.376)	(149.164)	(81.458)	(361.348)	-
Receita líquida	538.672	199.088	624.908	559.554	1.308.179	63.310
Custo	(159.213)	(98.231)	(546.441)	(524.376)	(1.180.377)	(63.310)
Resultado bruto	379.459	100.857	78.467	35.178	127.802	-

Despesas/receitas

Resultado antes da tributação

Provisão p/ IR e contribuição social

Lucro do período

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

***************************************	30/09/2019
110.776 5.476	87.859 7.924
12.239	8.684
128.491	104.467
	5.476 12.239

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	30/09/2020	30/09/2019
Venda de gás Contratos de construção Outras receitas (a) Total receita bruta	2.716.658 75.665 128.491 2.920.814	4.019.771 63.310 104.467 4.187.548
 (-) ICMS (-) PIS (-) COFINS (-) Taxa de regulação (-) ISS Total de deduções 	(323.535) (45.391) (209.076) (11.120) (3.302) (592.424)	(484.627) (55.570) (255.961) (15.811) (1.289) (813.258)
Receita líquida	2.328.390	3.374.290

⁽a) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, é registrado nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

23. Custo

	30/09/2020	30/09/2019
Compra de gás e de serviços Custo dos contratos de construção	(1.410.488) (75.665)	(2.448.752) (63.310)
Custo de amortização do intangível	(53.912)	(52.095)
Custo de pessoal	(13.625)	(15.589)
	(1.553.690)	(2.579.746)

24. Compromissos e contingências

24.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008 entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Compromissos e contingências--Continuação

24.1. Fornecedor de gás--Continuação

Em 1º de julho de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 13 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual, de 4.650.000 m³/dia para 4.860.000 m³/dia.

Em 10 de dezembro de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 14 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em diminuir a quantidade diária contratual, para 4.800.000 m³/dia e a adesão à uma nova política de preços, indexada aos preços internacionais do petróleo tipo *Brent*. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do trimestre.

Pelos aditivos nº 13 e nº 14 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu a partir do ano de 2019 e, consequentemente, do ano de 2020:

- (i) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 70% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- (ii) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

No terceiro trimestre do exercício de 2020, não houve pagamento relacionado à RMM.

24.2. Revisão tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente. O processo de revisão tarifária encontra-se atrasado, aguardando definição da Agência Reguladora.

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas gerais e administrativas

	30/09/2020	30/09/2019
	(50.050)	
Despesa de pessoal	(58.876)	(63.389)
Serviços profissionais e contratados	(59.444)	(69.132)
Amortização do intangível	(49.337)	(46.743)
Provisões (reversão) líquidas	(30.046)	(17.840)
Serviços e outros gastos	(29.380)	(29.407)
Serviços de manutenção	(28.193)	(30.631)
Utilidades, materiais e serviços	(16.601)	(18.922)
Reversão/Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(3.610)	(80.502)
Entidade de previdência privada	(1.810)	(948)
	(277.297)	(357.514)

26. Outras despesas, líquidas

	30/09/2020	30/09/2019
Impostos e taxas (a) Indenização a terceiros	(13.185) (7.851)	(11.193) (11.268)
Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais	3.005 (1.425)	9.245 (2.675)
Recuperação/despesa com impostos Ganho/perda na alienação de intangível	(3.090)	(1.368) 19
, ,	(22.546)	(17.240)

⁽a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016, gerando variação relevante frente ao período de comparação.

27. Resultado financeiro

	30/09/2020	30/09/2019
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	2.063	4.435
Atualizações monetárias	177	597
Receita de juros e encargos	6.403	28.241
Variações monetárias ativas	8.976	13.881
Outras receitas financeiras	2.472	1.787
	20.091	48.941
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(38.284)	(46.498)
Atualizações monetárias	(33.912)	(29.931)
Fiança bancária	(11.023)	(10.991)
Outras despesas financeiras	(1.743)	(4.577)
IOF	(2.834)	(165)
	(87.796)	(92.162)
	(67.705)	(43.221)

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de setembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/2019 a 29/10/2020	475.000
Responsabilidade civil geral	29/10/2019 a 29/10/2020	380.000
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/2019 a 29/10/2020	94.000

29. Eventos subsequentes

Em 29 de outubro de 2020, foi divulgado durante Sessão Regulatória virtual da Agenersa a decisão do Conselho Diretor (CODIR) em suspender o reajuste tarifário de gás natural canalizado fornecido pela Companhia.

No julgamento do processo, o CODIR reconhece o direito da Ceg de reajustar as tarifas de gás natural devido ao aumento trimestral do custo do insumo fornecido pela Petrobras, mas suspendeu a homologação tarifária enquanto perdurar as restrições decorrentes do Plano de Contingência do Governo do Estado para conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19).

Além da Lei Estadual nº. 8769/2020, que proíbe a interrupção de serviços por falta de pagamento dos usuários enquanto os efeitos da pandemia, a Agenersa tomou como base para a suspensão do reajuste, o projeto de Lei Estadual nº 2349/2020, que acaba de ser aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) – ainda pendente de sanção do Governador - que impede o aumento de tarifa dos serviços públicos concedidos durante o estado de calamidade.

Marcio Gomes Vargas Diretor Econômico-Financeiro de RI Emerson de Pontes Sales Contador CRC-110288/O-9 RJ